

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
PENSAR E FAZER**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-84-4
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva..... 6

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes 19

CAPÍTULO III

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos..... 33

CAPÍTULO IV

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva 41

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire 59

CAPÍTULO VI

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante..... 72

CAPÍTULO VII

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo..... 84

CAPÍTULO VIII

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva..... 97

CAPÍTULO IX

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva 111

CAPÍTULO X

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira 124

CAPÍTULO XI

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim 136

CAPÍTULO XII

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota 160

CAPÍTULO XIII

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes 173

CAPÍTULO XIV

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade 186

CAPÍTULO XV

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins 196

CAPÍTULO XVI

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

Joel Severino da Silva 203

CAPÍTULO XVII

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

Vicente de Paulo Morais Junior 215

CAPÍTULO XVIII

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos 225

Sobre os autores.....241

CAPÍTULO XVI

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

Joel Severino da Silva

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

Joel Severino da Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

joelsilva.educar@gmail.com

RESUMO: Este artigo, originou-se de um trabalho de investigação bibliográfica realizado na disciplina de história da educação contemporânea do curso de Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal, durante o período de intercâmbio que realizei em 2016, pelo Programa – Luso brasileiro de Educação, do Santander Universidade. Parceria entre Santander, Universidades Federais brasileiras e europeias. Nesta disciplina, tinha-se como instrumento “avaliativo”, a elaboração de um artigo que, contemplasse uma discussão histórica. Assim, este trabalho teve como objeto de estudo, as principais políticas educativas na ditadura militar no Brasil, que perdurou entre 1964 e 1985 e, em Portugal, a qual iniciou-se em 1929 e se estendeu até 1975. A ditadura portuguesa, também conhecida como ditadura salazarista, uma vez que, Salazar foi o “grande” expoente deste regime. Teve como objetivo, analisar os discursos operantes nestas políticas e verificar quais as intencionalidades subjacentes que permeavam os bastidores político do contexto. Metodologicamente, sustenta-se na pesquisa bibliográfica, e como instrumento de análise se baseia na Teoria do Discurso (TD), elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1997). A pesquisa por um lado, sinaliza para uma tentativa de hegemonização e legitimidade da ditadura em ambos os países como constitutivo estatal frente a sociedade. Por outro, indica que, os processos articulatórios dos regimes autoritários na tessitura de um projeto de antecipação discursiva, se desencadeavam como ação política muito comum naquele contexto. Por conseguinte, sublinha que, tal legitimidade, se deu provisoriamente, sustentada no discurso de políticas educativas centradas no ideário nacionalista. Por fim, sustenta que essa provisoriedade se deu por meio, e difusão da educação de adultos nos dois países, como estratégia populista na tessitura de um projeto nacionalista e autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educativas, ditadura militar, educação de adultos, nacionalismo.

1. INTRODUÇÃO

As políticas educativas, tanto em Portugal como no Brasil no período das ditaduras em seus respectivos lugares, apontam muitas similaridades no tocante à educação, nomeadamente, a noção de projeto de nação. E que tais similaridades, sustentada num cunho autoritário, enfrentou dificuldades de legitimação social. No caso de Portugal, este período de “hegemonia” autoritária deu-se início em, 28 de maio de 1926, e no Brasil só em 64 do mesmo século.

Segundo Fernandes (2003), e Antônio Nóvoa (1991), todas as políticas educativas no período da ditadura em Portugal, estavam em causa, acabar com os ideários da Educação Republicana, o que seria fundamental para impor seu controle. Para tal, foram desencadeadas um conjunto de políticas educativas, que reforçavam o sentimento nacionalista, o amor à pátria e obediência ao regime. Similar a este processo, as políticas educativas da ditadura no Brasil, se deram, em contraposição as políticas de cunho popular, como o método Paulo Freire de Alfabetização de adultos em Angico – RN. E por temer a expressão da força popular. Assim, a política de educação dos militares pretendeu destruir o processo resultante da *campanha de pé no chão também se aprende a ler*, realizada no RN, apoiado metodologicamente no método freireano; e outros levantes educativos, espriados pelo Nordeste do país. Assim, para se legitimar frente a população, o governo Militar implementou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos).

Portanto, o objeto de estudo deste trabalho, é estudar as principais políticas educativas na ditadura militar em Portugal e no Brasil. E o objetivo, é fazer uma análise dos discursos operantes nestas políticas e verificar quais as intencionalidades subjacentes que permeavam os bastidores político do contexto. Para tal, elenca algumas das principais políticas educativas nos respectivos países neste período. Para efeito de análise, lança-se luz da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987)³² e no conceito de posição de sujeito e posição de lugar de Erni Orlandi (2003).

Segundo Fernandes (2003), dois pontos são fundamentais para análise da educação no período ditatorial em Portugal: primeiro, a ideia de igualdade para todos; segundo, a segmentação de estruturas, como forma de contraponto a primeira, apoiada no ideário da divisão técnica do trabalho. Deste modelo de segmentação, derivam-se um conjunto de políticas de controle social. Assim, nas políticas educativas salazaristas, a Igreja católica recuperou suas prerrogativas tradicionais, tanto na educação pública, quanto privada, Fernandes (2003, p.10). Segundo Nóvoa (1991), neste período, houve um elevado aumento percentual de alunos no ensino secundário por meio do ensino privado. Também nas políticas salazaristas, as classes preparatórias pré-escolares em fase de lançamento no final da primeira república, foram extintas, e confiada a uma organização estatal (IDEM), passando a imperar a moral religiosa. No plano da educação nacional, a obra foi praticamente destruída, as escolas, Normais Primárias e Superiores foram encerradas. Além do tempo da escola primária que passou de três a quatro anos.

Segundo Fernandes (2003) a política educacional salazarista se mostrava paradoxal. Onde por um lado, apoiava a agricultura, por outro, o ensino técnico, que se divida em: industrial e comercial (IDEM). Esta contraditoriedade, não se dava ao acaso, mas sustentado num modelo de sociedade industrial e mercantil, e numa população agrária por meio do discurso ruralização, isto é, de uma tentativa de manter os camponeses no meio rural. Desde modo, o ensino rural era de modalidade

³² Toma-se como apoio para o uso da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, neste trabalho, outros autores como: Ferreira (2011); Oliveira e Silva (2010) e outros.

prático informal, cujas as metodologias diferenciavam das escolas urbanas. Destarte, as escolas agrícolas, tinham a missão de “fixar” o homem no campo. Os ensinamentos eram simplórios e “apontavam no sentido de uma modalidade de ensino prático informal, visando os adultos, da criação de um ensino primário rural cujos programas metodologias e professores teriam que se diferenciar profundamente das escolas urbanas” (FERANDENS, 2003, p. 12). Em contrapartida, na cidade foram construídas ente 1953 e 1954, várias escolas técnicas, na região litorânea, o que revelava o caráter industrial e de serviços (IDEM). Só no Plano II, foi que se deu maior valorização aos cursos agrícolas. A 4ª classe da escola primária agrícola e habilitação em técnico secundário (IDEM). Contudo, salienta o autor, que este modelo de ensino também tinha suas limitações, não permitindo grande mobilidade social dos diplomados desta formação.

Já em relação ao Brasil, temos durante o governo Militarista, um arsenal discursivo no entorno do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Segundo o Art 5º da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 é o órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos. A Lei nº 5.379, é a que põe em vigor a educação funcional aqui referida. Sua intenção subjacente, era acabar com as campanhas de alfabetização e educação popular, espalhada pelo Nordeste do Brasil, sustentadas, no pensamento de Paulo Freire.

1. Liga brasileira contra o analfabetismo (1915)

A Liga brasileira contra o Analfabetismo foi uma instituição criada em 1915, pensada por intelectuais, e teve inauguração no salão do círculo Militar, financiada por sócios. Cujas contribuições não poderiam ser menores que quinhentos réis, aceitando-se ainda a oferta de artigos escolares ou serviços didáticos (SETEMY, sem ano de publicação. Texto da internet). Cujo objetivo, seria erradicar o analfabetismo brasileiro, sob o pretexto de desencadear uma ideia nacionalista, uma vez que, o país enfrentava problemas de origens políticas e sócias em função dos impactos da eclosão da primeira guerra mundial. Esta proposta, além de alfabetizar, reataria o sentimento de pertença. Neste período, as relações internas, governo/sociedade cívica, enfrentavam situações conflituosas, que se tornavam ainda mais tênue em função da difusão jornalística. Esta liga tem seus dias finais em 1940 no governo de Getúlio Vargas.

2. Campanha de educação de adolescentes e adultos (1947)

A Campanha de educação de adolescentes e adultos, foi uma proposta liderada por Anízio Teixeira, a qual visava oportunizar aos adolescentes e adultos a possibilidade de ler. Segundo Costa e Araújo (2011), foi a primeira iniciativa do Estado para educação de adultos. Teve início no ano de 1947, onde até 1950 ficou conhecido como primeira fase. O objetivo desta campanha seria o de banir o analfabetismo no Brasil, tendo em vista que, o quantitativo de pessoas

“analfabetas”³³ era alarmante naquela época. Num período, onde por um lado, o Brasil desencadeava uma promissora ideia de desenvolvimento econômico; e por outro, um forte êxodo rural. Diante deste cenário, o governo brasileiro, financiado pelo ONU e EUA, cria vários programas de correção, entre eles, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. As consequências disto para educação de jovens e adultos, é que mais uma vez a preocupação é apenas, o “alfabetizar” e não uma formação política emancipatória. Soma-se a isso, a precocidade desta proposta, ou seja, a não continuação dos estudos iniciados. Encerrando-se em um ciclo meramente pragmático.

3. Campanha de pé no chão também se aprende a ler (1961)

A campanha foi o que poderíamos cunhar de uma experiência educacional de caráter popular, criada no Rio Grande do Norte apoiada na metodologia freireana, (Aquino e Pinheiro 2014). Que tinha como objetivo, incluir as crianças, jovens e adultos “excluídos do processo regular de ensino” (IDEM, p. 60). Esta campanha aconteceu num período histórico bastante denso e de crise política já ensaiada nos bastidores parlamentares. Além disso, havia o “fantasma” do analfabetismo, que assolava todo país. Especificamente, esta campanha foi criada no Rio Grande do Norte, em função do alto índice do analfabetismo. O título da campanha é uma crítica ao governo local – RN. As aulas aconteciam em galpões de festa da comunidade, Aquino e Pinheiro (2014). Ainda segundo essas autoras, o espaço já enunciava e fortalecia o caráter popular da campanha.

Não obstante, Souza (2004) apresenta esta e outras campanhas dentro de um ciclo denominado naquele contexto, de educação popular, o qual se alastrava pelo Nordeste do Brasil e se estendia para outras regiões do país, criando assim, um vultoso movimento educativo nacional.

2- METODOLOGIA

O presente trabalho está metodologicamente sustentado na pesquisa do tipo bibliográfica, posto que, segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica possibilita o pesquisador ter um contato direto a despeito do que foi escrito sobre determinada temática, ao passo que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito” (GIL 2006, p. 41), assumindo um caráter exploratório.

O trabalho originou-se de uma investigação bibliográfica, realizada na disciplina de história da educação contemporânea, do curso de Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal, durante o período de intercâmbio que realizei em 2016, pelo

³³ Coloco o termo analfabeto entre aspas, porque não concordo com esta expressão, pois, dá o sentido de uma condição nata, quando na verdade, é resultante de processos estruturais e históricos. Portanto, prefiro o termo – *não alfabetizado*, Termo que ainda não encontrei na literatura.

Programa – Luso brasileiro de Educação do Santander Universidade, parceria entre Santander, Universidades Federais brasileiras e europeias. Nesta disciplina, tinha-se como instrumento “avaliativo”, a elaboração de um artigo que, contemplasse uma discussão histórica. O material bibliográfico acerca das políticas educativas desenvolvidas em Portugal no período supracitado, uma parte foi extraído da própria ementa da disciplina, outra, levantada na biblioteca da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal. Já o material que fundamenta as políticas educativas brasileiras no contexto do regime autoritário foi levantado, na internet e na disciplina da educação de jovens e adultos, do curso de Pedagogia da UFPE.

Para análise do material bibliográfico, este estudo, elegeu a Teoria do Discursos (TD), elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987). Considerando nesta Teoria, especificamente, as categorias: hegemonia; discurso e ponto nodal. Também se utilizou o conceito **mecanismo de antecipação** da Análise do Discurso de Michel Pêcheux (1975), a partir de Eni Orlandi (2003).

Assim, este trabalho teve como objeto de estudo, as principais políticas educativas na ditadura militar no Brasil, que perdurou entre 1964 e 1985 e, em Portugal, a qual iniciou-se em 1929 e se estendeu até 1975. A ditadura portuguesa, também conhecida como ditadura salazarista, uma vez que, Salazar foi o “grande” expoente deste regime. Teve como objetivo, analisar os discursos operantes nestas políticas e verificar quais as intencionalidades subjacentes que permeavam os bastidores político do contexto.

3- RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NA DITADURA EM PORTUGAL E BRASIL À LUZ DA TEORIA DO DISCURSO (TD).

A teoria do discurso (TD) elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987), toma como pressuposto que, tudo é discursivo. Defende, portanto, que o discurso não é um campo fechado, estagnado, cujo significado se consolida absolutamente a partir de uma cadeia de junção de significantes, antes defende “que há proliferação de significantes presentes na sociedade cuja competição pelos significados se dá em processos de disputas hegemônicas atuantes em relações sociais” (OLIVEIRA & SILVA 2011, P. 145). Neste sentido, as autoras chamam a atenção para o fato que, a relação entre significante e significado, se configura como contingente, em função da impossibilidade da constituição da totalidade, razão pela qual, o discurso se constitui, como terreno primário onde a realidade se constitui (Ferreira 2011). Assim, não há realidade que não seja discutida, uma vez que, não há nada fora do discurso. No entanto, isso não significa necessariamente significado, mas significante. Significante este, que se dá em função dos pontos nodais (pontos comuns entre as partes diferentes), onde se desenham relações de estabilidades contingentes de sentidos precariamente estabelecidos. Esta disputa constante, pela

constituição da tessitura do significante, reverbera na limitação da hegemonia, fazendo com que esta, se inscreva no campo da discursividade e não da solidez absoluta do significado.

Assim, o discurso se conceitua “como uma totalidade significativa que transcende a distinção entre o linguístico e o extralinguístico” (LACLAU 1993, P. 10, *apud* OLIVEIRA & SILVA 2011, p. 145).

Além dos discursos serem constituídos, por um conjunto de elementos que se hibridizam e se fundem na busca de fixação de sentido, ocorre também, pela e, na articulação de demandas particulares hegemônicas por uma das identidades que configuram o sentido da realidade (Ferreira 2011). Ainda segundo esta teoria, a constituição do discurso se configura pela articulação de diferenças hegemônicas. Destarte o “discurso é a totalidade articulada resultante da prática articulatória” (FERREIRA 2011, p. 16).

A partir desta breve conceituação, podemos verificar à luz da (TD), de Laclau e Mouffe (1987), que as políticas educativas em Portugal e Brasil no período autoritário, tinham um ponto em comum. A hegemonia da legitimidade do regime.

3. 2. PRETENSÕES IDEOLÓGICAS EM PORTUGAL E BRASIL, PELO CANO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Segundo Nóvoa (1991), a ditadura militar, principalmente em sua primeira fase, foi um período, onde sucederam-se vários ministros, e estava em jogo, construir um modelo educativo que fortalecesse o ideário nacionalista. De maneira, que em 1927 foram tirados todos os programas educativos republicano. Ainda segundo Nóvoa (1991), em 1930 foi designada a redução da escolaridade dos meninos, de cinco para três anos, e a eliminação da educação feminina, e 1931 foram criados os postos escolares, que era uma sala de aula com condições limitadas. Entre 1936 a 1947 foi um período caracterizado por uma ideologia e doutrinação moral. Onde na gestão do Ministro Carneiro Pacheco, foi designado o uso de um único livro na escola; a criação da Mocidade Portuguesa; a Obra das Mães pela Educação Nacional. E no período dos Ministros: Pires de Lima e Leite Pinto, tem-se as reformas o Ensino Liceal e do Ensino Técnico. O autor evidencia que em função da segunda guerra emerge a necessidade de formar recursos humanos. Que passa ser vislumbrado a valorização do capital escolar.

O cenário, dos anos 50 e 60 do século XX revela-se insustentável, por duas razões: primeiro, por passar a pairar uma compreensão de que “a educação era uma das condições do crescimento económico” (FERNANDES 2003, P. 14); em segundo, a “explosão popular ocorrida na candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República” (IDEM). Em resposta a indignação popular, foi criada a Campanha nacional de educação de adultos nos anos 50 do século XX. Além desta prerrogativa, passa a ser legislado um conjunto de leis e decretos que promulgaram: o prolongamento da escolaridade obrigatória até a aprovação do exame da 4ª classe; seis anos de escolaridades para ambos os sexos; criação da Telescola; criação do

ciclo preparatório do ensino secundário; aprovação do próprio ciclo (IDEM). Segundo Nóvoa (1991), esta estratégia educativa pretendia se constituir como parte da tarefa de controle ideológico do Estado.

Estas medidas dos anos cinquenta, caracterizavam-se por obedecer a um modelo escolar, no qual se visava diminuir o analfabetismo, “no entanto, estas medidas rapidamente se revelariam insuficientes e nada relacionadas com o conteúdo do conceito de Educação de Adultos, já na época com uma significativa tradição noutros países” (BARROS, 2004, p. 139).

Esta mesma lógica, se identifica no regime autoritário brasileiro, onde se criou o MOBREAL com a função/objetivo de operar a alfabetização funcional, visando apenas encaminhar os sujeitos por eles alfabetizados ao mercado de trabalho de pouca qualificação. De início, o MOBREAL articulava ideia com a famosa ABC – Ação Básica Cristã de caráter também conservador. Posteriormente, sobretudo, a partir de 1969 o MOBREAL começa a se distanciar da proposta originária, passando então a uma proposta de massa, cujos objetivos eram dois segundo Haddad e Pierro (2000). Primeiro, que “atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar...” (Haddad e Pierro 2000: 114). Segundo “... aos objetivos políticos dos governos militares”. (IDEM). Portanto, o primeiro passo, seria adquirir recursos financeiros. Estes, foram conseguidos pelo imposto do setor privado 1% e 24% da loteria. As empresas lucrariam com um contingente de trabalhadores habilitado para o exercício da indústria aprimorado com a alfabetização. Além disto, o MOBREAL foi implantado segundo os autores com três características: o **paralelismo** em relação aos demais programas, conseguido com recursos de empresas privada e da Loteria, convencendo as empresas do feedback, Segunda, foi a **organização operacional descentralizada**. Com comissões municipais espalhadas pelo país, cuja função era executar a campanha nas comunidades, e organizá-las, providenciando os rudimentos necessários para operacionalização da mesma. (Haddad e Pierro 2000). Terceira “**era a centralização de direção do processo educativo**” (Haddad e Pierro, 2000:115). O qual por meio da Gerência Pedagógica Central, era responsável por quatros pilares centrais de funcionamento: programação, execução, avaliação e treinamento de pessoas, em todas as fases do processo. E para efeito de organização entre o MOBREAL Central e as comissões municipais, havia os coordenadores estaduais, que por sua vez, se responsabilizavam pela assistência e orientação. O principal articulador entre a ideia ou instância central e local do MOBREAL era os coordenadores estaduais, para “garantir” a execução.

A segunda ação educativa voltada para jovens e adultos no período militar, segundo (Haddad e Pierro 2000), diz respeito ao ENSINO SUPLETIVO (ES), regulamentado no capítulo IV da LDB de 1971, cujo objetivo, seria suprir e promover a oferta de educação continuada, uma vez que o MOBREAL tinha “alfabetizado” um contingente de pessoas. Para os autores, as três principais características do ES são princípios ou ideias – forças. Onde o primeiro princípio foi o de que este ensino, foi definido como um subsistema integrado e independente do ensino regular. O segundo princípio, foi o de colocar o ES voltado para o desenvolvimento nacional,

apoiado no capital de mão de obra. O terceiro princípio, foi o desenvolvimento doutrinário de cunho nacionalista. Além de “... repor a escolarização regular, formar mão de obra...” (Haddad e Pierro, 2000: 117).

Assim, o ES foi organizado em quatro funções, a saber, *Suplência* – Suprir a escolarização regular dos jovens e adultos que, por uma série de razões, não tenha conseguido esta escolaridade dentro do período considerado como idade própria. Segundo: *Suprimento*, cuja finalidade, seria oferecer estudo de aperfeiçoamento para aqueles que tinham conseguido o ensino regular. Terceiro, foi a *aprendizagem de forma metódica* – organizada e sistemática. E em quarto, qualificação – formação para o trabalho. O objetivo central seria “garantir” a formação de mão de obra e organização. (IDEM).

3. 3. ESTRATÉGIAS DOS DISCURSOS EDUCATIVOS EM AMBOS OS REGIMES COMO DISPOSITIVO ARTICULATÓRIO NA TESSITURA DE PROJETOS NACIONALISTAS AUTORITÁRIOS.

Frente aos dados bibliográficos, identificamos em ambos os países, ações de caráter populista, visto que, diante de uma ilegitimidade do Estado, o governo cria medidas de educação paliativas, isto é, ações provisórias, com fins estrategicamente visualizado. Estas estratégias foram muito recorrentes no contexto de “administração” autoritárias nos países autoritários.

Este processo articulatório dos regimes autoritários na tessitura de um projeto de antecipação discursiva, se desencadeia como ação política, muito comum naquele contexto. Neste aspecto, Orlandi (2003), em muito nos ajuda a compreender, a partir do conceito de “mecanismo de antecipação” criado por Michel Pêcheux (1975). Segundo a autora, é possível antecipa-se, colocar-se no lugar do outro, diz ela que: segundo “o mecanismo de antecipação todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras” Orlandi (2003, p. 39). Logo, mediante a posição de sujeito e lugar se preconiza para enfrentar uma situação.

Tendo este dispositivo “em mãos”, tanto Portugal como Brasil, ao perceber a possibilidade de revoltas, dos movimentos populares, criaram propostas educativas para jovens e adultos, na tentativa de mostrar para população que estava ao serviço dela, buscando assim, legitimar-se perante a população. Quando na verdade, estas medidas se constituíram por razões como: economia; inibição de movimentos sociais e legitimidade social.

Verifica-se, em ambos os países, que a tentativa de hegemonização se constituiu provisoriamente. Acerca disto, Laclau e Mouffe (1987), sublinham que, toda hegemonia é precária em função da relação entre necessidade e contingência, apontando nomeadamente, uma posição e compreensão flutuante em torno do ponto nodal. Que por sua vez, é o conjunto de dispositivo, onde as diferenças se anulam provisoriamente na constituição do significado em disputa. Assim, há um deslocamento de sentido parcial da estrutura para o projeto social, pois há de haver

também as ambiguidades de todo o projeto (IDEM). Neste caso em análise, identifica-se, que tanto as políticas educativas salazaristas, quanto as desencadeadas no Brasil militar, houve uma fundição de sentidos autoritarista centrada num modelo de hegemonia populista, como dispositivo de controle social. Segundo Laclau e Mouffe (1987), isto se estabelece a partir da prática articulatória, onde a articulação é a transformação do elemento em momento, que, por conseguinte, são associados a outros elementos momentos: estes elementos são diferenças que aparecem articuladas no interior do discurso Ferreira (2011). As políticas educativas acima elencadas, se constituem como situações que criam uma desestrutura mediante “a identificação com outros elementos que vão configurar o sentido perdido (Ferreira 2011, p. 15). Ou seja, sentido de identidade social, da população em crise no período ditatorial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação que se evidenciou neste sintético trabalho, foi a tentativa de hegemonização e legitimidade da ditadura em ambos os países como constitutivo estatal frente a sociedade. Tal legitimidade, foi provisoriamente, sustentada no discurso de políticas educativas inclinadas ao populismo, e que essa provisoriedade se deu em grande escala, mediante a política de educação de adultos em ambos os países, embora partidas de perspectiva diferentes, mas com os mesmos fins.

No entanto, em ambos os países, houve uma forte instabilidade governamental. Em Portugal, sucessivas substituições de ministro, durante a primeira fase do salazarismo (1929 – 1945). No Brasil, instabilidades nos governos: Castelo Branco 1964 – 1967; Arthur da Costa e Silva 1967 – 1969.

Em Portugal isso convergiu numa constante mutação das políticas educativas, as quais por vezes, as prioridades oscilavam entre a educação pública e privada, por outras, entre as propostas educativas de cunho industrial e agrícolas. Já no Brasil, as instabilidades nos governos, direta ou indiretamente, implicaram nas políticas educativas, uma vez que, o país vivia numa intensa transação de paradigma – transitando de um modelo social agrário, para um urbano e industrial.

Diante da TD de Laclau e Mouffe (1987), podemos assegurar que, esta hegemonia não se consolidou absolutamente, pela própria natureza hegemônica do discurso. Posto que, o discurso não é um campo fechado, estagnado, cujo significado se estabelece, antes é o campo onde “há proliferação de significantes presentes na sociedade cuja competição pelos significados se dá em processos de disputas hegemônicas atuantes em relações sociais” (Oliveira & Silva 2011: 145). O que faz com que a relação entre significante e significado, seja contingente dada da impossibilidade da constituição da totalidade, que por sua vez, constitui o discurso, como terreno primário onde a realidade se constitui (Ferreira 2011). Assim, não há realidade que não seja discutida, uma vez que não há nada fora do discurso, o que não significa necessariamente significado, mas significante, e que se dá em função dos pontos nodais, onde se desenham relação de estabilidades contingentes de

sentidos precariamente estabelecidos. O que faz com que a hegemonia se inscreva no campo da discursividade e não da solidez absoluta do significado.

Portanto, as políticas educativas, sobretudo, de educação de adultos em ambos os países, se constituíram em torno de um ponto (hegemonia autoritária), através de uma tentativa de consolidar a hegemonia do regime, perante a população, por meio de discursos hegemônicos subjacentes nas políticas educativas. Por “fim”, esta teoria, nos permite concluir que, o projeto nacionalista autoritário em ambos os casos, revela a natureza contingencial de qualquer hegemonia. O que faz do social um campo de discursos e significados flutuante em busca de uma “estabilidade”, que se mostra instável, híbrido, plural e dinâmico.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Campanha de Pé no chão Também se Aprende a Ler: Influência freiriana nas práticas curriculares.** *Debates em Educação* - ISSN 2175-660, Vol. 6, n. 11. Maceió, 2014.

BARROS, Rosanna. Contributos para uma sociologia política do campo da educação de adultos em Portugal. **Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Direito, Crime e Dependências.** 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-actualizada-pl.pdf>. Acessado em: 04/09/2015.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a atuação de Lourenço filho (1947-1950): a arte da guerra** 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acessado em: 04/09/2015.

FERNANDES, Rogério. **Tendências da política escolar e a escola para todos em Portugal na segunda metade do século XX.** In Fernandes Rodrigues, R; Pintassiglo, J. (org.) *A modernização pedagógica e a escola para todos na Europa do Sul no século XX.* Lisboa: SPICE, 2003.

FERREIRA, Fábio Alves. Para Entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. In: **Revista Espaço Acadêmico – Nº 127.** 2011.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. 2000. *Escolarização de Jovens e Adultos.* Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acessado em: 04/05/2016.

LACLAU, E; MOUFFE, C. 2011. *Hegemonia y Estratégia Socialista*. Hacia una radicalización de la democracia. 3ª ed. 1ª reimp. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

NÓVOA, António. 1991. A educação Nacional. In Rosas, Fernando (coord.). Portugal e o estado novo (1930 – 1960) [Nova História de Portugal, vol. XII]. Lisboa: Editorial Presença, pp. 538 – 542.

OLIVEIRA, A. M. & SILVA, D. E. Alteridade X Intolerância: diretrizes curriculares que podem embasar mais democrática e politicamente o Ensino Religioso. 2011.

Revista Teias v. 13 • n. 27 • 139-160 • jan/abr. 2011 – CURRÍCULOS: Problematização em práticas e políticas. Disponível em: <http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/1018/830>. Acessado em 17/11/2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos/** 11ª edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2003.

SETEMY, Adriana **Liga Brasileira contra o Analfabetismo**. FONTES: *Liga Brasileira Contra o Analfabetismo*; NOFUENTES, V. *Desafio*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20BRASILEIRA%20CONTRA%20O%20ANALFABETISMO.pdf>. Acessado em: 04/08/2017.

SOUZA, João Francisco. **E a Educação: Que? A educação na sociedade e/ou a Sociedade na Educação**. Edições Bagaço. Recife-PE, 2004.

Sobre os autores:

Alexandre da Silva de Paula Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: aledpaula@outlook.com

Andressa Garcias Pinheiro Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: dessaduartepinheiro@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Carlos André Sousa Dublante Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: cdublante@terra.com.br

Celyane Souza dos Santos Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: celyanesouza1@hotmail.com

Cybelle Leão Ferreira Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

Dayvison Bandeira de Moura Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemática Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

Denise Rangel Miranda Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

Eder Aparecido de Carvalho Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

Edilza Laray de Jesus Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: ejesus@uea.edu.br

Elita Betânia de Andrade Martins Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

Erivânia da Silva Marinho Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: erivaniamarinho@hotmail.com.

Fernanda Borges de Andrade Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: feborgesaz@yahoo.com.br

Francinalda Maria da Silva Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: francinaldageografia@gmail.com

Gilson Nazareno da Conceição Dias Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: gilsondias87@gmail.com

Gyselle Leão Ferreira Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Herivelton Nunes Paiva Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPAOCPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ítalo Martins de Oliveira Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

Ivair Fernandes Amorim Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

Joel Severino da Silva Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com

Jonas da Conceição Ricardo Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

Joselaine Cordeiro Pereira Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); joselainecp@hotmail.com

Josemar Farias da Silva Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Laís Venâncio de Melo Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: laisvenanciomelo@gmail.com

Laudicea Farias da Silva Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

Luiz Arthur Pereira Saraiva Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: saraivaluizarthur@yahoo.com.br

Maria Aparecida Monteiro da Silva Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

Maria de Fátima Leite Gomes Prof.^a. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

Maria Nazaré dos Santos Galdino Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: martarmiranda@gmail.com; mmiranda@uneb.br

Neide Borges Pedrosa Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

Raquel Costa da Silva Nascimento Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

Reginaldo Vandrê Menezes da Mota Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

Rogéria Moreira Rezende Isobe Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

Selma Suely Baçal de Oliveira Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

Silvia Roberta da Mota Rocha Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

Suênia Aparecida da Silva Santos Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: sueniaaparecida@hotmail.com.

Suzianne Lima de Moraes Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: suzianne.moraes@hotmail.com

Tyciana Vasconcelos Batalha Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: alftyaci@gmail.com

Vicente de Paulo Moraes Junior Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: vicentemjunior@hotmail.com

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: vilmapanelas@gmail.com

Vilma Terezinha de Araújo Lima Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: araujovilma@hotmail.com

Viviana Maria dos Santos Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).